

EDcl no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 540.776 - MG (2019/0314570-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
EMBARGANTE : AMON SAMUEL FERREIRA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO - MG177478
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM **HABEAS CORPUS**. ALEGADA EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I - São cabíveis embargos declaratórios quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

II - Verifica-se que o acórdão cuidou de forma exauriente da análise dos temas abordados, ressaltando que em relação a prisão preventiva o **habeas corpus** é mera **reiteração de pedido**, uma vez que a suposta ausência de fundamentação do decreto preventivo já foi analisada por esta Corte Superior por ocasião do julgamento do Recurso ordinário em **Habeas Corpus n. 114.694/MG, em 01/10/2019, e em relação as nulidades apontadas** o eg. Tribunal **a quo** não se manifestou acerca da **quaestio** ventilada na presente impetração, sob o fundamento de não ser a via adequada, fica impedida esta Corte de proceder à sua análise, sob pena de indevida supressão de instância.

Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator